

HISTÓRIA

2ª Série
Ensino Médio

Módulo 6



SEJA BEM-VINDO AO CURSO DE HISTÓRIA!!

Para facilitar seus estudos:

- Leia atentamente os módulos e se achar necessário responda **NO CADERNO** as atividades propostas. Elas não são obrigatórias.
- Consulte o dicionário sempre que não souber o significado das palavras. Se necessário, utilize o volume da biblioteca.
- Se você tiver dúvidas com a matéria, consulte uma das professoras na sala de História.

IMPORTANTE:

NÃO ESCREVA NA APOSTILA, POIS ELA SERÁ TROCADA POR OUTRA.

A TROCA SÓ SERÁ FEITA SE A APOSTILA ESTIVER EM PERFEITO ESTADO.

**ESTA APOSTILA FOI ELABORADA PELA
EQUIPE DE HISTÓRIA DO CEESVO
CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPLETIVA DE
VOTORANTIM**

**PROFESSORAS: DENICE NUNES DE SOUZA
MEIRE DA SILVA OMENA DE SOUZA
ZILPA LAURIANO DE CAMPOS**

COORDENAÇÃO: NEIVA APARECIDA FERRAZ NUNES

VOTORANTIM, 2006.

OBSERVAÇÃO

**MATERIAL ELABORADO PARA USO
EXCLUSIVO DO CEESVO,
SENDO PROIBIDA A SUA COMERCIALIZAÇÃO.**

APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

MÓDULO 6

O PERÍODO REGENCIAL
(1831 a 1840)

Como você estudou no **módulo 5**, quando D. Pedro I abdicou (renunciou), em 7 de abril de 1831, o herdeiro, seu filho D. Pedro de Alcântara, tinha apenas **cinco anos**.

De acordo com a Constituição de 1824, ele só poderia assumir o trono quando atingisse a maioridade, aos 18 anos.



A Constituição também determinava que, no caso de o monarca não poder assumir o governo, este deveria ser exercido por uma **Regência Trina**, isto é, o governo deveria ser exercido por de três pessoas, eleitas pelo poder Legislativo.

O período da Regência no Brasil começou em abril de 1831 e terminou em julho de 1840.

Antes de começarmos a estudar esse período da História do Brasil, precisamos entender o que é **regência** e por que aconteceu.

Regência é um governo provisório, estabelecido quando o chefe de Estado está, por algum motivo, impossibilitado de governar.

A Regência acontece principalmente quando o governante é um monarca (rei).

Enquanto Pedrinho não tinha tamanho para receber a coroa, o Brasil foi governado pelos **regentes**. Eles eram os chefes do poder executivo. Nessa época o Brasil viveu uma espécie de **minirepública** espremida entre os reinados de Pedro I e Pedro II (coroado em 1840).

Inicialmente, os regentes eram escolhidos pela Assembléia Geral do Império. Depois, pelo voto direto e censitário (só votava quem tinha muito dinheiro!).

Esse foi um período muito turbulento. Estouraram várias revoltas contra o governo central. Motins, rebeliões e guerra civil como **Cabanagem**, a **Balaiada** e a **Revolução Farroupilha**.

Brasileiros enfrentaram brasileiros com espadas e pistolas. Como você vê, é uma grande mentira essa conversa de que no Brasil as coisas sempre foram ajustadas pacificamente. Na verdade, nossa história é cheia de violências.

— Agora responda em seu caderno:

- 1) *Atualmente, na sua opinião, qual é o motivo para tanta violência? Procure em jornais ou revistas, recorte e cole em seu caderno algo relacionado a esta questão, fazendo um comentário pessoal.*



Por que os brasileiros se sentem brasileiros? Em outras palavras, por que o Brasil, desse tamanho todo, com tanta gente, é um país único?

Por que não se dividiu em uma porção de países de língua portuguesa, tal como ocorreu na América espanhola?

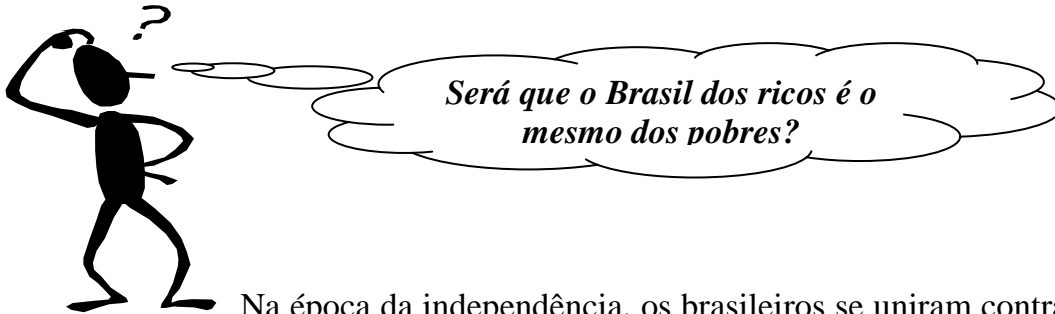
Não sei se você já pensou nisso. O fato de nós brasileiros falarmos o mesmo idioma e de termos ligações culturais, ajuda a nos unir.

Mas isso não obriga ninguém de Santa Catarina, de Minas Gerais, de Goiás e do Ceará a pertencer ao mesmo país, não é mesmo? O que fez então o Brasil ser o Brasil?

Hoje, é fácil responder. Todos nós nos sentimos brasileiros. Compartilhamos dos mesmos ideais, acreditamos numa porção de coisas em comum, e só um boboca não percebe que unidos somos muito mais poderosos. Em um mundo que busca a unificação econômica, é uma maravilha que o Rio Grande do Sul tenha a ver com Pernambuco, que o Espírito Santo esteja ligado ao Pará, que o Mato Grosso do Sul se relacione com a Bahia, não é mesmo? Mas, e no passado? Como foi montada essa união?

Quando falamos de Brasil esquecemos que os brasileiros são muito diferentes uns dos outros e que nem sempre têm a mesma situação e as mesmas necessidades.

É que o tal de Brasil está dividido em classes sociais. O conceito de classe existe justamente para entendermos os conflitos entre os diversos grupos da sociedade.



Na época da independência, os brasileiros se uniram contra um inimigo comum a todas as classes: a **exploração colonial**. E depois, como manter unido um país dividido em ricos proprietários de terras e homens livres e escravos?

Um jeito de preservar a união é através da **democracia**, que dá oportunidade para os desfavorecidos transformarem a sociedade em proveito de todos. O outro, é mantendo os privilégios da minoria. Neste caso, muitas vezes a união só pode ser garantida através da violência.



A Independência do Brasil era vista pelos latifundiários e grandes comerciantes como o caminho para manter seus privilégios. Isso significa que os escravos, os trabalhadores livres e as camadas médias urbanas continuariam submetidos.

Todavia, para esses desfavorecidos a Independência teria de ser outra coisa. E foram à luta por seus direitos.

A visão tradicional separa rigidamente os períodos históricos. É como se cada um ficasse numa gaveta isolada da outra, e você aluno, fica com a falsa impressão de que o Período Regencial não tem nada a ver com a Independência. Engano!

Assim, saiba que todas as contradições que estremeceram o Primeiro Reinado explodiram na Regência.

O que estava em jogo era se as camadas oprimidas conquistariam direitos ou se as classes proprietárias assegurariam sua hegemonia (supremacia), se o Sudeste mandaria sobre o resto do Brasil ou não, se o país seria democrático ou autoritário.

Esses conflitos foram abertos, diretos, crus e brutais. A classe dominante não hesitou em lançar mão das maiores atrocidades e infâmias para sustentar e perpetuar seus privilégios.

Se nossa história é violenta, é porque os privilégios muitas vezes são mantidos pela violência. E aí o povo responde com violência à violência...

Quem eram esses que se revoltaram contra o governo regencial?

- **Em primeiro lugar**, havia os grandes proprietários (latifundiários e grandes comerciantes) do nordeste e do sul. Eles eram **federalistas**, ou seja, eram contra o unitarismo, contra o poder central forte que subordinava as Províncias ao Sudeste - federalismo significava: *maior autonomia provincial, descentralização do poder, direito das províncias de fazer leis para elas mesmas, de mandar menos dinheiro de impostos para o Rio de Janeiro*.
- **Em segundo lugar**, as camadas médias urbanas não podiam votar, porque não eram ricas. (O voto era censitário, lembra-se?). Por isso, muitos dos pequenos comerciantes, professores, jornalistas, sapateiros, estudantes, padeiros, advogados, alfaiates e até soldados, tornaram-se democratas radicais. Acreditavam que o federalismo garantiria maior liberdade para todos. Queriam modificar a Constituição, ampliando o direito de voto.
- **Em terceiro lugar**, estava a massa do povo miserável, faminto e sofrido. Escravos, camponeses pobres, vaqueiros, biscateiros uma enorme massa de deserdados que não queria saber de blá-blá-blá parlamentar: queria um governo direto a favor deles. Não sabiam direito o que queriam, a não ser a idéia básica de obter pedaços de terra para trabalhar e viver por conta própria. Mas sabiam perfeitamente o que não queriam: o domínio dos latifundiários, o desprezo pelo povo humilde. Por isso no Período Regencial, houve diversas revoltas populares, como a Balaiada, a Sabinada e a Cabanagem.

Perceba que, ao longo de nossa história, as classes dominantes têm respondido com a **Enrolada, Marmelada e a Sacanagem**, não é mesmo?

— Agora responda em seu caderno:

2) **Explique o que era o federalismo e o unitarismo.**

E os partidos políticos?



Cada um desses grupos sociais, insatisfeitos ou não, se associava a um partido político. Não eram exatamente partidos como nós entendemos hoje. Afinal, esses partidos não levavam muito a sério a idéia de chegar ao poder por meio de eleições. O país nem tinha democracia para tanto.

Os **restauradores** (*caramurus*) ligavam-se à Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira. Eram os antigos portugueses (embora a maioria tenha partido com D. Pedro I) e o pessoal ligado aos irmãos Andrada e Silva.

Eram os mais retrógrados (contrários ao progresso). Contrários a qualquer reforma, exigiam um governo autoritário, para dar fim ao que eles chamavam de "anarquia". Diziam que não, mas sonhavam com o retorno de D. Pedro I. (Daí o nome de restauradores). Todavia, o imperador faleceu em 1834. Os caramurus aderiram então ao lado dos moderados.

Os **liberais moderados** (*chimangos*) eram formados por representantes dos grandes proprietários, principalmente os do Sudeste. Controlavam o governo e defendiam que o poder central mantivesse alguma força.

Tinham o apelido bem apropriado de chimangos, que no Sul é o nome de certas aves de rapina. Esses abutres formavam a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional e, no princípio, não tinham idéia precisa acerca das reformas e divergiam entre si quanto ao alcance delas e o meio de fazê-las.

Afinal, se consideravam liberais, mas tinham um medo danado quando essas liberdades atingiam as camadas profundas do povo trabalhador. No Brasil, tal como na Europa, liberal e democrata eram coisas diferentes.

Politicamente à esquerda, estavam os **liberais exaltados**, exatamente os que promoviam revoltas contra o governo. Eram, antes de tudo, federalistas, isto é, a favor da descentralização do poder, da autonomia provincial. Entretanto, embora com ideal comum de oposição federalista, havia desde liberais ortodoxos (os *farroupilhas*) até os exaltadíssimos *jurujubas*.

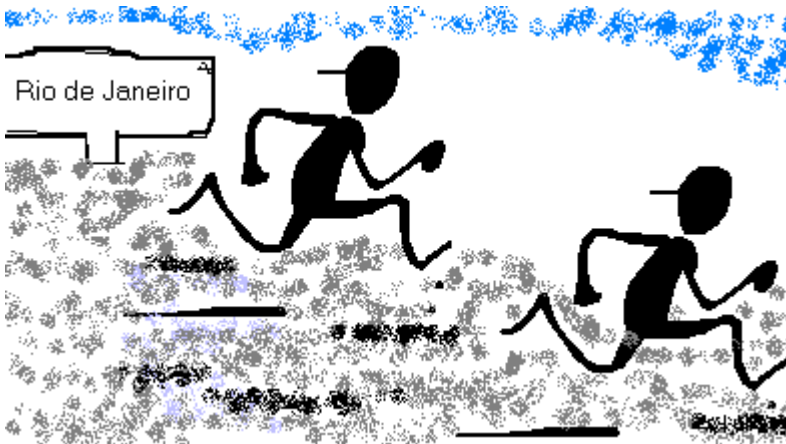
Ou seja, um pedaço estava ligado aos latifundiários do Norte, Nordeste e do Sul, que eram federalistas para lhes reforçar o poder local, o qual exerciam diretamente.

Esses membros da elite geralmente tinham horror à democracia. Para conseguir seus objetivos, tiveram que se ligar aos grupos médios urbanos, esses, sim, muitos deles democratas e até republicanos.

DIVISÃO POLÍTICA DA REGÊNCIA		
Partidos	Principais apoios	Objetivos
Restaurador	Irmãos Andrada, portugueses	Retorno de D. Pedro I ao trono do Brasil.
Liberal Moderado	Grandes proprietários ligados ao Sudeste	Aceitavam apenas uma pequena centralização. Controlavam o governo.
Liberal Exaltado	Grandes proprietários desvinculados do Sudeste, camadas médias	Federalismo. Alguns radicais queriam também sufrágio universal e até mesmo a República.

As reformas liberais

Quando D. Pedro foi embora, em 1831, era preciso eleger logo os regentes. Mas a Assembléia Geral do império estava de férias... Agora adivinha: o que é que aconteceu!?



Os deputados e senadores pararam o descanso e arrumaram logo as malas para o Rio de Janeiro, ou acharam melhor ficar curtindo a vida mansa?

Não fique achando que todos os políticos são iguais.

Quem, hoje em dia, pensa que o ideal é

fechar o Congresso e botar deputados e senadores na cadeia é a extrema direita, os fascistas e nazistas, os reacionários empedernidos. Gente safada que despreza os direitos do povo.

É claro que grande parte dos políticos atuais não faz nada pela população trabalhadora, pois eles são representantes das classes dominantes.

São **ricaços** ou patrocinados por **ricaços**. O que não quer dizer que não haja políticos progressistas, realmente sérios e empenhados em fazer algo para melhorar a vida da gente. Por enquanto, são poucos, mas existem.

O que não pode acontecer é fechar o Congresso, pois aí nem esses poucos políticos ao lado do povo poderiam atuar. Não haveria essa importante oposição aos desmandos dos poderosos.

Esse negócio de que "eleição não serve para nada" e "político é tudo igual" é coisa de fascistão. Não embarque nessa! A história do Brasil mostra que todas as ditaduras só favoreceram às classes privilegiadas.

Bem, os políticos do Império, quase todos, representavam os interesses dos grandes proprietários. Assim guiaram a Regência.

Primeiro, elegeram uma **Regência Trina Provisória**.

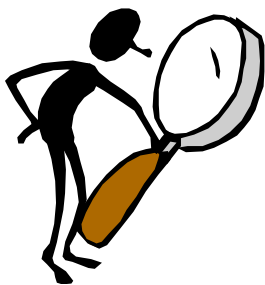
Algumas semanas depois, com a rapaziada de volta ao Rio de Janeiro, foi eleita a **Regência Trina Permanente**, cuja escalação era: *Costa Carvalho* (baiano, mas com carreira política em São Paulo), o maranhense *Bráulio Muniz* e o brigadeiro *Francisco Lima e Silva*, militar durão que tinha reprimido a Confederação do Equador. Esse trio governou de 1831 a 1835. Depois disso, a Regência passou a ser **una**, ou seja, só uma pessoa governaria.

Os **liberais moderados e os exaltados** fizeram um acordo para anular politicamente os restauradores, que desejavam a volta de D. Pedro I.

Desse acordo, surgiu a idéia de promover uma **pequena descentralização do poder**. Era uma forma de diminuir a indignação dos exaltados e das províncias distantes do Sudeste com o centralismo exagerado da Constituição de 1824.

Essa descentralização aconteceu após três medidas importantes: a **criação da Guarda Nacional**, o **Código de Processo Criminal**, o **Ato Adicional de 1834**.

A gente só entende uma delas quando relaciona com as outras.



Vamos dar uma olhada nessas medidas?

➤ **GUARDA NACIONAL**

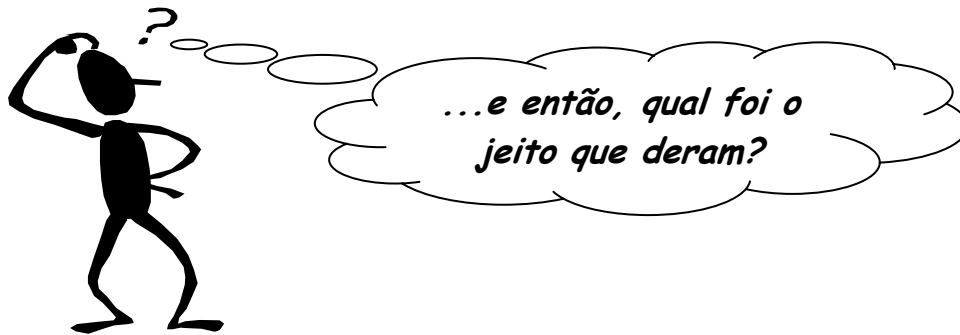
Foram os **moderados**, que se organizavam na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência - espécie de clube de cavalheiros reacionários (contrários à liberdade) onde bebiam, jogavam cartas, falavam de mulheres e planejavam ações contra o povo, que sugeriram a criação de uma **guarda nacional**.

As modernas técnicas de disciplina militar ainda não estavam desenvolvidas no Brasil. Por causa disso, muitos soldados, sargentos e até oficiais conseguiam raciocinar por conta própria, mesmo que não tivessem autorização de um superior para isso.

Daí as agitações dos exaltados fazerem muitos adeptos no Exército, que começou a achar que, sendo também parte do povo, deveria defendê-lo em vez de atacá-lo em favor dos ricos.

Além disso, grande parte dos oficiais do exército era formada por estrangeiros (mercenários) e portugueses. Eles tinham sido fiéis cumpridores das ordens autoritárias de D. Pedro I. Isso assustava as elites dominantes.

O principal era que os latifundiários não podiam aceitar os quartéis aderindo às manifestações populares.



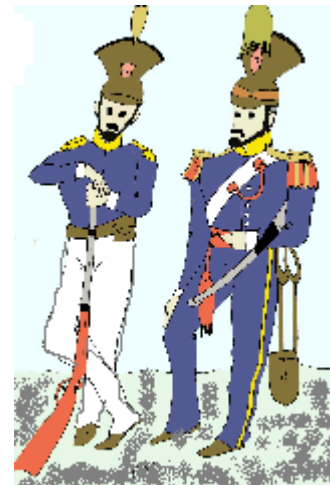
Assim, trataram de diminuir a força do Exército, cortando os gastos, mandando embora praças e oficiais, em suma, enfraquecendo-o e humilhando-o.

Esse esvaziamento teve exatamente a ver com a primeira das medidas que nós citamos: a criação, em 1831, pelo ministro da Justiça, Feijó, da Guarda Nacional.

Ela tornou-se quase tão importante quanto o Exército. Mas não era qualquer pé rapado que poderia fazer parte dela. O direito de andar armado e fazer injustiça com as próprias mãos seria para uns poucos.

Só entrava na Guarda Nacional quem tivesse um bom nível de renda. **Trocando em miúdos: era o povo desarmado que teria de agüentar os bem-de-vida da Guarda Nacional.**

Ela se revelou um eficaz instrumento repressor. Já em 1831 e no ano seguinte, no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, acabava com motins exaltados. No comando dos destacamentos da Guarda Nacional estavam os fazendeiros, com o posto de **Coronel**.



É por isso que ainda hoje no interior, chamam os fazendeiros de coronéis. Porque no passado eles realmente foram coronéis, da Guarda Nacional. Assim, os grandes proprietários passaram a comandar diretamente seu bando de homens armados. As ordens vinham diretamente das fazendas, dos locais, e não do poder central (regente).



E Então! Reparou por que era uma medida descentralizadora?

— Agora responda em seu caderno:

3) A criação da Guarda Nacional garantiu a segurança do povo ou favoreceu apenas os ricos? Justifique.

Bem, saiba que a Guarda Nacional era nacionalmente subordinada ao Ministro da Justiça, mas localmente ela obedecia ao **juiz de paz**. Aí é que entra a segunda medida:

➤ O CÓDIGO DE PROCESSO CRIMINAL DE 1832

O código de Processo Criminal de 1832, que criava esse cargo de juiz de paz. Ele era eleito por voto censitário, o que praticamente significava sua nomeação pelos latifundiários do distrito.

Tinha um poder enorme, podendo prender qualquer um que achasse "suspeito". Mistura de juiz e delegado, ao mesmo tempo. Sob suas ordens, estavam os inspetores de quarteirão, que vigiavam e espionavam todo mundo.

Em 1834, depois do acordo entre moderados e exaltados, votou-se o:



➤ ATO ADICIONAL À CONSTITUIÇÃO.

Era a terceira medida de que falamos. Os livros didáticos tradicionais não costumam colocar que a força do Ato Adicional só fica bem percebida quando combinada às duas outras medidas.

Com ele, criavam-se as Assembléias Provinciais, espécie de Câmara de Deputados estaduais com direito de votar leis sobre assuntos diversos a respeito de administração, receita e despesas, cargos públicos, questões jurídicas etc.

Era mais um passo na descentralização, embora não total, porque o presidente da Província continuava sendo nomeado pelo poder central. Tavares Bastos o chamava de pequena centralização, pois o local ficava submetido ao provincial.



Além disso, o Ato Adicional de 1834 transformou a Regência Trina em Una, reforçando o Poder Executivo sobre o Legislativo. Isso em contradição com a autonomia provincial.

Uma novidade muito importante: o regente passou a ser eleito com voto direto e secreto, embora censitário, é claro.

Também foi extinto o Conselho de Estado, formado por um grupo de pessoas nomeadas pelo imperador para lhe dar palpites quando solicitado. Geralmente, o palpite era sobre política e bem distante dos gemidos do povo sem sorte. Mas foi mantido o senado vitalício, um reduto conservador (os senadores tinham sido escolhidos por D. Pedro, lembra?)

Boa parte dos historiadores ressalta que *tais mudanças deram considerável autonomia administrativa às Províncias, numa espécie de concessão aos federalistas e de tentativa de esvaziar as reivindicações dos exaltados.*

Isso irritou políticos mais reacionários, como o ex-liberal e agora regressista Bernardo Pereira de Vasconcellos, que teria chamado o Ato Adicional de código da "anarquia". Todavia, *as concessões à autonomia provincial eram limitadas.*

Não se deve se misturar bebida alcoólica porque isso faz passar mais mal ainda. Pois o Ato Adicional de 1834 misturava *unitarismo com federalismo.*

Confusão danada, dor de cabeça, estômago embrulhado. Na verdade, o que se instalava era um aprofundamento da divisão Centro X Províncias.

A contradição tornou-se mais aguda, e o resultado foi a instabilidade política: o país balançava mais do que um bêbado.

Irritados, os prejudicados foram à luta. Rebeliões atrás de rebeliões. Para reprimi-las, em nome da unidade nacional, o sangue brasileiro irrigaria a terra pátria.

Os liberais moderados tinham usado os exaltados para pressionar D. Pedro I. Depois da abdicação, jogaram os jurujubas para escanteio. Em Niterói, Jurujuba é nome de praia. Pois é, os jurujubas (exaltados) morreram na praia: botaram o povo na rua para escorraçar D. Pedro I mas não ficaram com o poder.

O problema é que para derrubar o imperador, os liberais tinham estimulado as massas a ir para rua. E essas massas não queriam que as coisas terminassem em pizza. Para os liberais conservadores, elas tinham se tornado um monstro incontrollável. Nas províncias distantes do Sudeste, os liberais exaltados empurravam o povo contra o poder central. E o resultado foi um período intenso de revoltas sociais.

A economia após a independência

Em 1823, apenas 1 ano após a independência, a economia já apresentava sinais da crise que se estenderia até cerca de 1850. As raízes já vinham desde o período da vinda da família real em 1808. A abertura dos portos, se por um lado favoreceu o progresso econômico, por outro abalou nossas finanças. A liberdade de importação, o contato com o estrangeiro e a presença da Corte (o rei, a sua família e os seus "conselheiros"), criaram novos hábitos, fazendo crescer as despesas da colônia.

Para agravar a situação, somou-se a grande concorrência internacional aos novos produtos tropicais (cana-de-açúcar, arroz, algodão, fumo etc.).

Para agravar ainda mais, D. João VI limpou os cofres públicos e o Banco do Brasil, levando para Portugal até os diamantes ali depositados. Iniciávamos nossa vida independente sem reservas monetárias e enfrentando forte concorrência internacional às nossas exportações. Além disso, iam para o exterior nossas poucas moedas de ouro e prata para o pagamento das importações.

Só esses fatores seriam suficientes para explicar a crise financeira. No entanto, outros elementos foram adicionados: as despesas com a indenização a Portugal, o preço do reconhecimento de nossa independência pelos países europeus e a desastrosa política de D. Pedro I, levando o país a dispendiosas (caras) questões externas (Guerra da Cisplatina e o envolvimento na sucessão do trono português), além de seus exagerados gastos pessoais.

Para cobrir tantos gastos, os impostos eram insuficientes, pois, além de nosso mercado interno ser pequeno e pobre, o sistema de arrecadação de impostos era deficiente para um território tão grande e pouco habitado como o Brasil.

As necessidades sempre urgentes de dinheiro tornaram constantes os empréstimos externos, feitos principalmente, junto à Inglaterra. Desta forma, o Brasil aumentava ainda mais a sua dependência em relação aos poderosos ingleses.

Os empréstimos eram obtidos em condições vantajosas apenas para a Inglaterra, e representavam alívio apenas momentâneo, pois eram utilizados, em sua maior parte, para pagar despesas internas e não para incentivar qualquer atividade produtiva.

Tudo o que era arrecadado em impostos estava comprometido com a dívida externa. Pouco restava para as despesas gerais do governo e para investimentos públicos; e se o dinheiro era insuficiente... faziam-se novos empréstimos.

Será que você já viu este filme!?

Sem capacidade de investir, o governo não tinha como promover o desenvolvimento de nossas lavouras ou estimular nossas debilitadas indústrias.

Para solucionar essa grave situação econômica, o governo tinha poucas alternativas: não podia aumentar as tarifas aduaneiras (impostos sobre os produtos vindos de outros países), pois essas estavam fixadas por tratados internacionais; taxar as exportações era impraticável, pois significaria diminuir os lucros dos grandes latifundiários e comerciantes, além de encarecer os nossos produtos no mercado externo; aumentar os impostos internos afetaria a já empobrecida população urbana.

Restava uma única saída: ***encontrar novos produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra.*** A terra era o único fator básico de produção abundante no país. Em meio a essa crise econômica, o **café** foi-se afirmando e se constituindo na nova fonte de riqueza do Brasil.

No campo social, o povo das cidades e do campo levava uma vida miserável. Os alimentos eram caros. A riqueza e o poder estavam nas mãos dos grandes fazendeiros e comerciantes. Muitas pessoas achavam que os portugueses que dominavam o comércio eram os grandes culpados pelos problemas do país.

***Os poderosos acusavam os revoltosos de separar as províncias do Brasil...
Mas o que os revoltosos queriam era separar as províncias da opressão dos poderosos.***

Esse foi um dos fatores que levaram às revoltas neste período.

Agora você estudará as principais revoltas do período: Cabanagem, Balaiada, Sabinada e Revolução Farroupilha.

Observe no mapa abaixo a localização das principais revoltas do período regencial.



A CABANAGEM (1834-1840)



A **Cabanagem** foi uma grande revolta popular, que explodiu na província do **Pará**. Dela participaram pessoas vindas da camadas mais pobres da sociedade.

Os **cabanos**, assim chamados por morarem em cabanas à beira dos rios, eram negros, índios e mestiços, que trabalhavam na extração de produtos da floresta. Trabalhavam muito, e viviam na miséria. Porque os frutos do seu trabalho iam quase todos para os latifundiários e para os grandes comerciantes que dominavam a província. Em todos os cantos, os pobres sussurravam entre os dentes: "terra para o povo, liberdade e igualdade".

Analfabetos, não tinham a revolução francesa na cabeça. Mas certamente a tinham no coração. A revolta dos cabanos representava uma tentativa de modificar a situação de injustiça social do qual eram vítimas. Para isso, era necessário tomar o poder da província.

A princípio, os cabanos foram apoiados por fazendeiros do Pará descontentes com a política do governo imperial e com a falta de autonomia da província. Os fazendeiros desejavam mandar livremente no Pará e exportar, sem barreiras, os produtos da região (cacau, madeira, ervas aromáticas, peles, etc.).



Entretanto, não demorou muito para que se afastassem do movimento, pois não concordavam com os objetivos da rebelião.

No início do século XXI ainda há fazendeiro que manda assassinar trabalhadores rurais desobedientes. Tal como na cabanagem, há mais de um século.

Os cabanos pretendiam acabar com a escravidão, distribuir terras para o povo e matar os exploradores.

Um dos líderes do movimento foi o padre Batista Campos, que costumava benzer os pedaços de pau utilizados como armas pelos pobres. A Cabanagem teve muitos outros líderes populares, conhecidos apenas pelos seus apelidos: Domingos Onça, Negro Patriota, Mãe da Chuva, João do Mato, entre outros. Para eles, não houve estátuas, nem praças ou nomes de escolas. Muitos não tiveram sequer direito a uma sepultura. Porque sua luta apavorava os ricos.

Em janeiro de 1835, as tropas dos cabanos conquistaram a cidade de Belém (capital da província) e mataram várias autoridades do governo, inclusive o presidente da província.

Os cabanos tomaram o poder, mas tiveram grande dificuldade em governar. Faltava-lhes organização, havia muita briga entre os líderes do movimento e a rebelião foi traída várias vezes. Tudo isso facilitou a violenta repressão comandada pelas tropas enviadas pelo governo central do Rio de Janeiro.

Segundo o historiador Caio Prado Jr., a Cabanagem foi o único movimento regencial "em que as camadas mais inferiores da população conseguiram ocupar o poder de toda uma Província com certa estabilidade".

Os cabanos só foram completamente liquidados em 1840, após muitos combates. Calcula-se que mais de 30 mil cabanos morreram, e os sobreviventes foram presos e escravizados.

— Agora responda em seu caderno:

4) *A Cabanagem foi uma revolta popular? Explique.*

5) *Identifique o objetivo dessa revolta.*



A BALAIADA (1838-1841)

A **Balaiada** foi uma revolta popular que explodiu na província do Maranhão.

Nessa época, o Maranhão atravessava grave crise econômica.

Sua principal riqueza, o algodão, vinha perdendo preço e mercados no exterior, devido à forte concorrência do algodão produzido nos Estados Unidos,

mais barato e de melhor qualidade. As conseqüências dos problemas econômicos do Maranhão recaíam sobre a população pobre, uma multidão formada por vaqueiros, sertanejos e escravos.

Cansada de tantos sofrimentos, essa multidão queria lutar contra as injustiças sociais, a miséria, a fome, a escravidão e os maus-tratos. Além disso, a insatisfação política reinava entre a classe média maranhense da cidade, representada pelo grupo dos **bem-te-vis**. Esse grupo iniciou a revolta contra os grandes fazendeiros conservadores do Maranhão, contando com a participação explosiva dos sertanejos.

Os principais líderes populares da Balaiada foram: Manuel Francisco dos Anjos, **fazedor de balaios** - daí o nome da revolta; Cosme Bento das Chagas, ex-escravo que liderava um quilombo e Raimundo Gomes, um vaqueiro.

Apesar de desorganizados, os rebeldes balaios conseguiram conquistar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão. Mas os objetivos dos líderes populares não eram muito claros.

O poder foi entregue aos bem-te-vis, que então já passavam a se preocupar em conter a rebelião dos sertanejos.

Para combater a revolta dos balaios, o governo enviou tropas comandadas pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, mais tarde conhecido como **Duque de Caxias**. Nessa altura dos acontecimentos, os bem-te-vis já haviam definitivamente abandonado os sertanejos e passado a apoiar as tropas governamentais. O combate aos balaios foi duro e violento. A perseguição só terminou em 1841, quando já haviam morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos.

Saiba mais...

A Balaiada não tinha uma organização consistente nem um projeto político definido. Não foi um movimento único, mas um conjunto de ações que receberam o mesmo nome.



A SABINADA (1837-1838)

Em 1837, estourou na Bahia uma rebelião liderada pelo médico Francisco **Sabino** Álvares da Rocha Vieira, por isso conhecida como **Sabinada**.

Seu objetivo principal era formar uma república baiana, enquanto o príncipe Pedro de Alcântara fosse menor de idade e não pudesse assumir o poder.

Com o apoio de parte do exército baiano, os sabinos conseguiram tomar o poder em Salvador, no dia 7 de novembro de 1837. Mas o movimento não empolgou a população, e as tropas imperiais, ajudadas pelos fazendeiros, logo começaram a combater a rebelião com fúria e violência.

Inúmeras casas de Salvador foram incendiadas, e muitos revoltosos foram queimados vivos. Mais de mil pessoas morreram na luta. Em março de 1838, a rebelião estava totalmente esmagada.

Apesar da violenta repressão, os principais líderes do movimento não foram mortos. O médico Francisco Sabino, por exemplo, foi preso e degredado para o Mato Grosso.

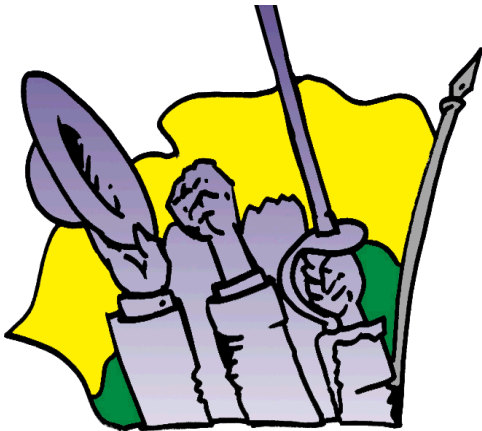
— Agora responda em seu caderno:

6) Por que será que é só o povo que é violentamente reprimido e morto nestas revoltas?

00-00
00-00
00-00
00-00

A SABINADA foi uma rebelião comandada por homens cultos da classe média da cidade de Salvador. Não teve a participação dos pobres nem obteve o apoio dos ricos fazendeiros.

Não havia entre os líderes do movimento a vontade efetiva de mudar a situação social dos baianos. Ou seja, mesmo se a revolução vingasse, os ricos continuariam na abundância, e os pobres na miséria.



A REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845)

A Revolução Farroupilha, também chamada de Guerra dos Farrapos, explodiu em 1835 no Rio Grande do Sul e foi a mais longa revolta brasileira.

Entre suas causas estavam os problemas econômicos das classes dominantes gaúchas.

No século XIX, aqueles vastos pampas verdejantes (planícies do sul) eram importantes fornecedores de charque (carne seca salgada), couro e sebo.

Boa parte da produção era voltada para o mercado interno brasileiro, especialmente o Sudeste. Comida de gente pobre, de escravos e até de quem estava por cima da carne-seca. Nas estâncias (fazendas), trabalhavam homens livres (os peões) e escravos.

Apesar de muito bem de vida, os estancieiros gaúchos não estavam satisfeitos com o governo da Regência. Porque o charque argentino e uruguaio entrava no Brasil sem pagar nenhuma tarifa alfandegária especial, fazendo uma concorrência danosa aos interesses dos latifundiários riograndenses.

E, ao contrário, a importação de sal, tão necessário para salgar a carne na fabricação do charque, pagava altas taxas alfandegárias.

*A pecuária do Sul produzia para o **mercado interno**.
Isso ia contra a tendência geral da economia do país,
voltada para o **mercado externo**.*

Os latifundiários queriam protecionismo alfandegário, pagar menos impostos ao governo central (uma gorda fatia do Rio Grande do Sul tinha de ir para o Rio de Janeiro) e maior autonomia para a Província.

O governo não quis ceder e o conflito foi inevitável. Em 1835, as tropas rebeldes ocuparam Porto Alegre.

Esse movimento nada teve de popular. Se as camadas oprimidas, peões ou escravos, participaram, foi para servir “de massa de manobra” em mais uma prolongada campanha militar, lutando por interesses que não eram seus e em nome de idéias e princípios cujo significado não podiam alcançar.

Em 1835, Bento Gonçalves comandou as tropas farroupilhas que dominaram Porto Alegre, capital da província. O governo central reagiu com firmeza, mas não teve forças suficientes para derrubar os farroupilhas. A rebelião expandiu-se e, em 1836, foi fundada a República Rio-Grandense, também chamada de República de Piratini, e em 1839, a República Juliana, em Santa Catarina.

A Revolução Farroupilha começou a ser contida a partir de 1842, através da ação militar de Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). Além da ação militar, Caxias procurou fazer acordos com os líderes farroupilhas.

No dia 1º de março de 1845, já durante o **Segundo Reinado**, foi feito um acordo de paz entre as tropas imperiais, comandadas por Caxias, e as forças farroupilhas. Os rebeldes assinaram a paz, mas em troca, exigiram que:

- ◆ os revoltosos não fossem punidos, mas recebessem a anistia do governo;
- ◆ os soldados e oficiais do exército farroupilha passassem a fazer parte do exército imperial, com os mesmos postos militares;
- ◆ os escravos fugitivos que haviam lutado ao lado dos farroupilhas tivessem garantido o seu direito à liberdade.

S
...
a
b
i
a
s
...
m
a
i
s
...
i
s
...
s
...
s

A Revolução Farroupilha não foi uma revolta das populações pobres. Foram os ricos estancieiros (fazendeiros) que lutaram por seus interesses econômicos e políticos.

O povo só participou do movimento como massa de manobra, sob o controle dos grandes fazendeiros. Não existia entre os líderes farroupilhas o desejo de acabar com as injustiças sociais e a miséria da maioria da população.

Queriam apenas garantir o lucro das grandes fazendas pecuárias, além de aumentar a liberdade administrativa e o poder político que possuíam na região.



Fique por dentro...

Especialmente no Rio Grande do Sul, há um endeusamento da Revolução Farroupilha. Os historiadores tradicionais e oficiais a vêem como "uma luta de grandes heróis desinteressados, que buscavam a liberdade".

Vimos que não foi bem assim. Não se trata de dizer que os gaúchos são mentirosos ou covardes (suas classes dominantes podem sê-lo, mas certamente não o povo trabalhador), mas de resgatar a verdade.

Ora, para que serve esta lenda de que a Revolução Farroupilha foi um maravilhoso movimento democrático? Só serve para que as classes dominantes convençam as pessoas de que seu poder é "legítimo", porque teria origem nas "tradições democráticas gaúchas desde o tempo farroupilha".

Tantas revoltas sufocadas em sangue, leva cada um de nós a se questionar...

Será que conseguiremos?

Estudando as revoltas regenciais, muita gente pode cair no pessimismo e pensar: "Não adianta lutar, porque sempre seremos derrotados!" Aí desiste e aceita tudo passivamente.

Será, então, que o povo nunca vence? Vamos sempre apanhar, como na Balaiada e na Cabanagem?

Calma. Na verdade, muitas das lutas do passado foram vitoriosas. Pelo menos em parte. Um de seus grandes momentos foi, por exemplo, a vitória do movimento pelo fim da escravidão. Os trabalhadores brasileiros de hoje podem não ter muitos direitos, mas certamente já ganharam alguns. Porque lutaram e tem lutado para conquistá-los.

A liberdade e a democracia não são coisas ocas. Na prática, são elas que dão mais condições ao povo de lutar e se organizar.

Estudando História nós podemos aprender com os movimentos passados, mesmo os que não tiveram sucesso. Aprendemos que o passado poderia ter sido diferente e o presente sempre nos oferece uma escolha.

Os latifundiários sempre ajeitam as coisas...

Apesar dos protestos, a verdade é que o governo central ia ficando cada vez mais forte. É fácil explicar: desde 1827, o café já era o segundo produto de exploração do Brasil e por volta de 1835 alcançou o primeiro lugar, botando o açúcar na vice-liderança.

Ora, as províncias cafeeiras ficavam no Sudeste, exatamente onde estava o poder central e a cidade do Rio de Janeiro, capital do Império e senhora controladora dos monopólios econômicos no Reino.

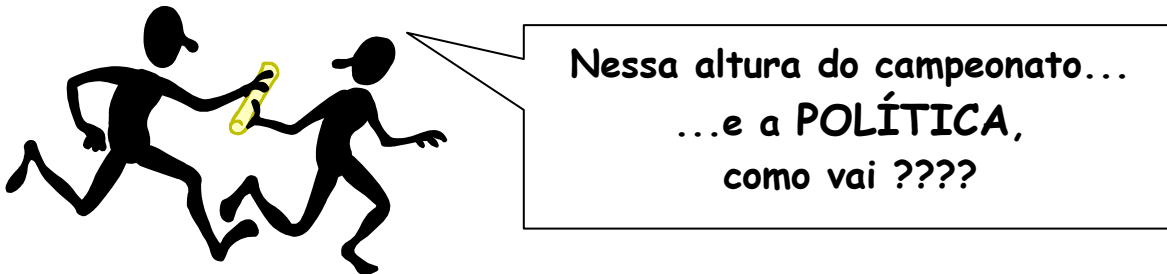
Para conter as revoltas, você já viu: usaram a violência. Aldeias incendiadas, pelotões de fuzilamentos, camponeses assassinados em massa.

Os liberais exaltados foram sendo suprimidos pela maneira habitual que as classes dominantes empregam para esmagar a oposição: perseguições, encarceramento, execuções, banimento.

Triste ironia da história: a maior parte dos jornalistas, padres e artesãos presos ou enforcados tinham sido ativos militantes da independência.

Com violência, as classes dominantes asseguravam a unidade do Brasil e a obediência ao governo do Rio de Janeiro.

No fim só sobrou mesmo o grupo moderado, que se dividiu em dois partidos: o **Progressista** e o **Regressista**.



As medidas descentralizadoras tinham gerado graves problemas políticos: elas não ameaçavam despedaçar o Brasil em vários países diferentes? Como enfrentar as revoltas federalistas?

Como é que um regente único e, portanto, vindo de uma única região, poderia ser aceito por todas as províncias e regiões?

Os *progressistas* achavam que a descentralização concedida era uma boa. **descentralização controlada**, já que eles estavam longe do federalismo exaltado, sem falar que nem queriam ouvir conversa sobre democracia. Já os *regressistas* achavam que era preciso trazer de volta a **supercentralização**.

Como diziam na época, era preciso "**parar o carro da revolução**". As manifestações liberais eram chamadas de "anarquia".

Recentralizar o poder era a garantia contra as revoltas.

A REGÊNCIA UNA DE FEIJÓ

O regente Antônio Diogo Feijó governou de 1835 a 1837. Pertencia ao grupo progressista, mas na verdade era bem reacionário. Tinha sido o criador da Guarda Nacional (1831) e era um padre que apoiava, o casamento do clero, e por isso não era bem visto pelo Papa.

Além dos problemas com a Igreja, com os ministros, que ele trocava mais do que mudava de batina, Feijó foi perdendo o apoio dos latifundiários do Sudeste, que cada vez mais exigiam o refortalecimento do poder central para combater as revoltas provinciais.

Achavam que o regente não estava controlando as rebeliões com a devida energia (a maioria delas só seriam esmagadas pouco depois, no final da Regência). Diante da oposição, teve de renunciar.

A REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA

Quem assumiu a Regência foi o regressista Pedro de Araújo Lima. Criou um ministério de incompetentes, que davam a si mesmos o apelido de ministérios das capacidades.

As providências recentralizadoras foram sendo tomadas. A Assembléia Geral, seguindo a orientação conservadora, aprovou a *Lei Interpretativa de 1840*, tirando muito da autonomia das Assembléias Provinciais.



Por exemplo, certas leis provinciais poderiam ser anuladas pela Assembléia Geral do Império.

No ano seguinte, restabeleceu-se o odiado Conselho de Estado, com os figurões tomando chá, batendo papo sobre corrida de cavalos e mulheres interessantes e dando palpites para o imperador a respeito de como desgraçar a vida da população.

Com a Reforma do Código Criminal de 1841 os juizes de paz perderam seus amplos poderes. Quem mandava mesmo passava a ser o chefe de polícia, nomeado pelo ministro da justiça, um para cada capital de província.

Nos municípios, delegados e subdelegados, tinham até alguns poderes de juizes.

Em 1850, a Guarda Nacional também seria subordinada totalmente ao Ministério da Justiça. Era a reação agindo. O Sudeste enriquecido pelo café reassumia o comando.

Todas as providências para esmagar as revoltas e fortalecer o poder central foram tomadas.

Na verdade, os políticos progressistas achavam que só havia uma maneira de acabar com a falta de autoridade do governo central e preservar a unidade territorial do império.

É o que você estudará agora, vamos lá?

O Golpe da Maioridade



Era só transferir o poder para D. Pedro de Alcântara e acabar com o período regencial. Mas o jovem príncipe tinha só 14 anos. Era menor de idade.

A Assembléia Nacional, entretanto, tinha poderes para antecipar a maioridade de D. Pedro. Foi, então, fundado o **Clube da Maioridade**, organização política cujo objetivo era lutar pela antecipação da maioridade do príncipe.

A tese do Clube da Maioridade teve o apoio das classes dominantes e uniu políticos progressistas e parte dos regressistas.

A elite política acreditava que a figura de um imperador com fortes poderes seria essencial para liquidar as revoltas provinciais e, desse modo, restabelecer a ordem social que interessava aos grandes proprietários de terra e senhores de escravos.

Em 1840, a Assembléia Nacional aprovou a antecipação da idade do príncipe Pedro de Alcântara. Era a vitória do Clube da Maioridade.

Assim, o jovem **Pedro** foi aclamado **imperador**, com o título de **D. Pedro II**, em 23 de julho de 1840. Iniciava-se o Segundo Reinado, período que durou quase meio século (1840 a 1889).

A maioria nas ruas

O Golpe da Maioridade não foi apenas uma campanha restrita aos círculos políticos convencionais. Ela ganhou as ruas e empolgou a população, grande parte da qual via na figura do jovem príncipe a possibilidade de restabelecer a paz e manter a unidade nacional. Pelas cidades, grupos de populares entoavam cantigas em apoio ao novo imperador:

"Queremos Pedro II.
Embora não tenha idade,
A nação dispensa a lei,
E viva a maioria."

Mas nem todos eram otimistas em relação ao jovem governante. Na boca dos opositores, as cantigas ganhavam ares poucos lisonjeiros:

"Quem põe governança
Na mão de criança,
Põe geringonça
No papo da onça."

— Agora responda em seu caderno:

7) Para esmagar as revoltas e fortalecer o poder central, qual foi a solução encontrada por progressistas e regressistas?

Até o módulo 7!

BIBLIOGRAFIA

- ◆ **Proposta Curricular para o Ensino de História** - Ensino Médio – Secretaria de Estado da Educação – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – São Paulo – 2ª Ed. – 1992.
- ◆ **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio. Apresentação dos Temas Transversais – Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria da Educação – Brasília – 1997.
- . **SCHMIDT**, Mário. Nova História Crítica da América. São Paulo, Editora Nova Geração, 1998.
- . **SCHMIDT**, Mário. Nova História Crítica: Moderna e Contemporânea. Ensino Médio. São Paulo, Editora Nova Geração, 1998.
- . **SCHMIDT**, Mário. Nova História Crítica do Brasil. Ensino Médio. São Paulo, Editora Nova Geração, 1998.
- . **COTRIM**, Gilberto. História Global – Brasil e Geral – vol. Único. São Paulo, Editora Saraiva, 1999.
- . **BOULOS JÚNIOR**, Alfredo. História Geral: Antiga e Medieval – vol. 1. São Paulo, FTD, 1997.
- . **ARRUDA**, José Jobson e **PILLETTI**, Nelson. Toda a História, Ensino Médio. São Paulo, Editora Ática, 1999.
- . **VESENTINI**, J. William. Sociedade e Espaço - Geografia Geral e do Brasil, Ensino Médio. São Paulo, Editora Ática, 1997.
- . **PILETTI**, Nelson. História do Brasil. Ensino Médio. São Paulo, Editora Ática, 2001.
- . **PEDRO**, Antonio e **LIMA**, Lizânias de S. História Geral – Compacto para o Vestibular. Editora FTD, 1999.
- . CD-Rom **ALMANAQUE ABRIL 2001** – BRASIL e MUNDO, Editora Abril, multimídia.
- . **ORDOÑEZ**, Marlene e **QUEVEDO**, Júlio. História, Editora IBEP, 1998.
- . CD-ROM CLIPART, **Brasil 500 anos**, Editora Ondas, 2000.
- . **JOBSON**, José Arruda. História Total. Vol.3 e 4. São Paulo, Editora Ática, 2001.
- . **DIVALTE**, Garcia Figueira. Novo Ensino Médio, volume único – com questões do ENEM. Editora Ática, 2002.